

EDITORIAL

INDEPENDENTE DA IDADE, O POVO SABE O QUE QUER

O ano era 1981. O mês, março. O personagem, Lula, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) e líder das greves dos trabalhadores ocorridas no ABC paulista nos anos anteriores. O motivo, a recente condenação dele e mais dez companheiros de sindicato pelo Tribunal Militar, todos enquadrados no artigo 36 da famigerada Lei de Segurança Nacional, por *“incitamento á desobediência coletiva da lei”*. Lula pegaria três anos e meio de prisão (sendo, posteriormente, absolvido). Mas tudo isso é apenas pano de fundo para contextualizar a entrevista (uma das muitas) dadas pelo já então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores ao jornal de esquerda **Em Tempo**. Lá pelas tantas, o entrevistador questiona sua relação com as demais correntes de esquerda do país. Eis a resposta: *“Antes de mais nada, é necessário a gente definir esquerda. Porque eu duvido que tenha dentro do partido um cara mais de esquerda do que eu. Entretanto, (...) não sou de esquerda dogmática, não. (...) Sou de esquerda porque, às vezes, o estômago da classe trabalhadora fala muito mais alto do que muitos livros que se lê”*.

É bom lembrar que Lula tinha 35 anos nesta época... Hoje, com mais de 60, o estômago da classe trabalhadora não mudou tanto assim, mas seu líder, sim. E se põe a filosofar, propondo uma nova teoria política: *“Quem é mais de direita vai ficando mais ao centro e quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda”*. Traduzindo: no final, todos (os que sobrevivem, pelo menos) se encontram no centro do poder. Como Delfim Netto, cujo sumiço dos holofotes da vida pública pode ser evitado apenas pelo próprio Lula, caso o escale para seu Ministério. Aliás, Delfim, que sempre foi mais dado a livros (lidos de barriga cheia, é claro), embarca na teoria e, entre irônico e cínico, afirma que, ao contrário do líder sindical, “involuiu”, porque era socialista na juventude e, depois, *“se perdeu no mercado”*.

Definitivamente, não é nada fácil engolir tais disparates, e ainda acompanhar as trocas públicas de afago entre um dos maiores líderes operários das décadas de 1970 e 1980 e o “milagreiro” dos militares, o algoz condutor de uma política econômica concentradora, fiel escudeiro de um regime corrupto e torturador (ademais de outras características igualmente perversas). No caso de Delfim, sua adesão teria se dado quando Lula assinou a *Carta aos Brasileiros*. E acrescenta: *“Creio que o presidente cumpriu o que prometeu...”*. Quando exatamente Lula aderiu a ele não sabemos. Só sabemos que é muito penoso, sobretudo para quem tem entre 30 e 60 anos, assistir a isso tudo...

De todo modo, está aí um dos componentes da conjuntura político-ideológica deste início de ano, como novos governos, novas casas legislativas e... velhas práticas: governantes manipulando congressistas para ampliar sua fatia de poder, congressistas legislando em causa própria e concedendo para si mesmos escandalosos aumentos de salário, enfim, o já conhecido teatro da democracia-de-um-dia-só (na versão brasileira, dois, nos casos em que ocorre

2º turno), no qual as promessas de campanha são rapidamente desmentidas pelos primeiros atos oficiais.

Do ponto de vista econômico, as perspectivas não são mais promissoras. O tão anunciado “espetáculo do crescimento” ainda não começou sua turnê pelo Brasil. E a igualmente trombeteada redução da desigualdade, em certa medida real, questiona bem mais que reforça a política econômica atual. A esse respeito, os dados de aumento da renda dos segmentos mais pobres no primeiro governo Lula são reveladores: entre 2001 e 2004 a renda dos mais pobres cresceu mais de 3% (contra ridículos 0,10% do período FHC), enquanto a renda média *per capita* recuou 1,35%. Embora isso possa ser em parte explicado pelo maior volume de recursos destinados pela União aos programas sociais de combate à pobreza, a análise mais detalhada elucida aquilo que efetivamente é capaz de alterar a estrutura social. Ora, em 2004, para um crescimento econômico de 4,9% registrou-se uma elevação da renda da população mais pobre da ordem de mais de 14%, o que foi puxado, mais do que por programas sociais, pela geração de emprego. A pergunta logo vem: em que medida este segundo mandato aponta para uma mudança significativa na dinâmica do mercado de trabalho?

Em termos de sua base social, em que pese a vitória com mais de 20 milhões de votos à frente do segundo colocado, nada indica que este seja um governo mais “popular” que o anterior. Ao menos pra quem anda nas ruas, frequenta os bairros pobres das médias e grandes cidades, caminha pelas roças e campos do país afora. Não é o caso de certos analistas europeus, como Antonio Negri e Giuseppe Cocco (este mais conhecedor da nossa realidade, pois ensina numa universidade pública carioca), que enxergam em Lula um adversário das elites brasileiras e, mais que um representante dos movimentos sociais, a expressão desses... Isso pode ser verdade na dimensão simbólica: mesmo depois da crise da meia-idade, que, como vimos, redefiniu sua personalidade, Lula continua encarnando para a grande maioria da população o trabalhador explorado, o lutador incansável, o líder popular, o nordestino de infância miserável, o migrante expulso pela seca e pela cerca, entre tantas outras imagens.

O peso dessa identidade pode ser aferido pela febre de irascibilidade preconceituosa (para não dizer fascista) que acomete boa parte das classes dominantes em períodos eleitorais, materializando-se na postura de direções partidárias, grupos empresariais e conglomerações midiáticas, entre outras. Outro indício dessa imagem é a recente indicação de Lula como “o melhor presidente brasileiro”, desbancando mitos consolidados, como Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas (é verdade que pra lembrar desse aí é preciso já ter entrado na casa dos 70 anos...). Na esfera político-administrativa, todavia, tal concepção de “paladino dos oprimidos” e “defensor dos mais pobres” não se sustenta, uma vez que as grandes linhas de sua gestão não apenas mantêm como, em certos casos, aprofundam um sistema que contempla justamente tais classes dominantes.

Por fim, no cenário internacional, carecemos de sinais para apostar numa inflexão da linha até então adotada. Agora que Pinochet está morto, Fidel

quase isso, Daniel Ortega é de novo presidente da Nicarágua (mas á frente do *danielismo*, não mais do *sandinismo*) e o “grande líder revolucionário socialista” do continente é um coronel que pretende reeleger-se indefinidamente, o mínimo que se pode dizer é que o Brasil está assistindo “o bonde da história passar”. O argumento de que nossa *cojudez* (termo intraduzível para o português, mas que expressa perfeitamente a tibieza da nossa política externa) em termos latino-americanos se explicaria por uma suposta racionalidade econômica e/ou sabedoria política não procede. Uma rápida comparação do desempenho econômico recente dos países do continente nos deixa boquiabertos. Os dados são da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e trazem o *ranking* do PIB regional: em primeiríssimo lugar a rebelde Venezuela, com crescimento de 7% em 2006 e previsão de 10% para este ano; em segundo, a Argentina, aquela fez há poucos anos uma dura negociação com o FMI, como o Brasil não ousaria, com 7,5% e 8,5%, respectivamente; no meio da tabela, o Peru, país que vem amargando governos sem legitimidade alguma nos últimos dez anos, mas que cravou 6,0% no ano passado e deve fazer mais de 7% neste, e, por fim, na lanterna, o Brasil, com pífios 2,8% em 2006 e estimativa (otimista?) de 3,5% para 2007.

O episódio com a Bolívia é bem ilustrativo da posição ambígua do “gigante adormecido” diante das nações despertas, sobretudo as mais pobres. Como se sabe, depois de um ano de acirradas tensões, animosidades e bravatas (que custaram o cargo do ministro boliviano de Hidrocarbonetos, Andrés Soliz) envolvendo a nacionalização das reservas de gás por parte do governo de Evo Morales, “nossa” multinacional Petrobrás terminou, enfim, aceitando os termos dos novos contratos, os quais prevêem uma taxa de retorno de 15%. Das duas uma: ou as taxas anteriores, de cerca de 70%, eram justas, e o Brasil jamais deveria ter concordado com as novas regras, porquanto lesivas ao Tesouro Nacional; ou elas eram abusivas mesmo, próprias de um comportamento tipicamente imperialista e predatório com relação aos povos vizinhos, hipótese na qual o governo Lula não deveria sequer ter esperado a eleição de um presidente progressista do outro lado do Pantanal para rever a política de investimentos do setor, ou, no pior dos casos, ter se posicionado desde o primeiro momento a favor daquelas medidas (estas, sim, orientadas para câmbios efetivamente estruturais). Moral da história: preferiu agir como os espanhóis da Repsol, os ingleses da British Petroleum e os franceses da Total (como se fôramos europeus) e perdeu uma preciosa oportunidade de avançar na construção de uma real (no sentido de não-discursiva) solidariedade entre as nações americanas. Nessa foto, só tem lugar para a Bolívia, a Venezuela e a Cuba velha de guerra...

O que fazer, então, para mudar esse quadro? Ao longo de toda a campanha eleitoral pouco se viu de concreto. Pouco mais do que bandeiras genéricas e compromissos não amarrados a um programa de mudanças. No momento, várias perguntas estão no ar e sem discussões. Seria justo o apoio a uma reforma agrária que nem de leve arranha uma das oligarquias rurais – novas e velhas – mais bem sedimentadas do país? Ou insistir em prioridades sociais como mais um item no orçamento, sem lutar para inseri-las enquanto estratégia básica programática? Teme-se, portanto, que mais uma vez a esperança de mudanças não se concretiza e se dilua em alterações nos

figurinos do poder ou na renovação dos aparelhos e cargos. Que mais uma vez o povo penetre num beco escuro...

Perdão, leitores, pelo plágio. Melhor dizendo, autoplágio. É que o parágrafo anterior, do “o que fazer” até o “escuro”, sem tirar nem pôr uma vírgula, foi transcrito de um editorial publicado nesta mesma revista há exatos vinte anos. Em dezembro de 1986, para ser mais preciso. Seu título: *“Muda Bahia. Muda Brasil. Mudar para onde?”*. A conjuntura, apesar de bastante distinta (o país acabava de sair da ditadura militar e realizava as primeiras eleições livres depois de décadas), trazia algumas semelhanças com a atual, sobretudo no caso baiano. Então, como agora, a oligarquia carlista havia sido derrotada nas urnas (coincidentalmente ou não, pelo atual ministro da Defesa, Waldir Pires), à frente de uma larga e policromática frente partidária, como hoje, e com um discurso, como este, de *“sepultar um modelo superado de desenvolvimento que, por anos a fio, dominou a política na Bahia e se preocupou muito em concentrar e pouco ou nada em repartir”*, como anunciou Jacques Wagner no ato da posse.

Não vamos aqui insistir na futurologia, se este segundo mandato Lula vai mudar a direção do barco, se a gestão de Wagner será capaz de satisfazer esperanças alimentadas por anos a fio, se... Deixemos as *condicionais* de lado e partamos para os *condicionantes*. E, pelo menos na nossa ótica, um dos fatores condicionantes mais decisivos no destino de um país reside em suas classes populares, seja na ação mais planejada e perceptível de suas organizações e movimentos, seja no comportamento difuso e cotidiano dos milhões de brasileiros e brasileiras, uma parte dos quais votou nos grupos hoje no poder, outra que sequer se deu conta do processo, mas que são aqueles que, efetivamente, sofrem da maneira mais dolorosa e dramática as conseqüências de um modelo social que os exclui, de um modelo político que os subestima, de um modelo cultural que os ignora, de um modelo econômico que os mata.

Em virtude de campanhas eleitorais tão despolitizadas não dá para tentar vislumbrar indicações seguras das transformações que se espera. Como não somos porta-vozes de grupo algum, cabe-nos apenas retomar algumas das questões que os movimentos sociais urbanos e rurais que acompanhamos consideram fundamentais para uma efetiva mudança social. Esta constelação de demandas populares serve como um guia inicial para o ciclo de quatro anos que principia agora e certamente orientará as políticas sociais a ser tensionadas (e em que sentido) neste período.

Na área rural, por exemplo, a política agrária contemplará a agricultura camponesa, uma reforma agrária ampla e massiva, ou persistirá a hegemonia do agronegócio, dessa “nova” modernização conservadora que privilegia as monoculturas de exportação (soja, açúcar, mamona, eucalipto etc.) em detrimento das populações humanas, da flora e da fauna nacionais? Junto a isso, a política ambiental permanecerá submissa aos interesses do grande capital, sob a bandeira falaciosa da necessidade de desenvolvimento (que, como temos visto, não se traduz em crescimento real), ou priorizará a agroecologia, mais sustentável tanto social como economicamente?

Para não ficar apenas em generalidades, vejamos o caso do eucalipto, cujo incentivo através do Programa Nacional de Florestas representa, na prática, a privatização das mesmas, muitas das vezes com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aliás, dentro da filosofia “popular” do atual governo, este banco bem que poderia ser rebatizado de “Banco do Carlos”, nome do diretor-presidente da Aracruz Celulose, que recebeu um generoso financiamento de quase um bilhão e meio de reais para a construção da nova fábrica da empresa no sul da Bahia, os quais serão bem aplicados na desertificação de 250 mil hectares de terra, com a perspectiva de lucros fabulosos no mercado externo e... a conseqüente expulsão de milhares de famílias de camponeses, indígenas e quilombolas da região. Perto dali, em Canavieiras, mas de resto em muitas localidades deste imenso litoral, a carcinocultura (criação de crustáceos, sobretudo camarões, em cativeiro) ataca os ribeirinhos, devasta os manguezais e garante a reprodução de uns quantos grupos empresariais.

E o que dizer de certa linha preservacionista, geralmente apoiada pela PPG7, com recurso do Banco Mundial, que prioriza um “meio ambiente” desumanizado, como se assiste agora com a implantação dos “Corredores Ecológicos” como forma de conectar as diversas “manchas” isoladas da Mata Atlântica ainda existente? Muito louvável, se o programa não impusesse a remoção de indígenas e quilombolas das regiões, justamente aqueles que têm contribuído mais ativamente para a preservação da fauna e da flora nativas. Ou, nas palavras do cacique tupinambá da Serra do Padeiro, em Una: *“A gente vê muito mais mico-leão dourado em nossa reserva que na Reserva Biológica”*.

Por outro lado, como fica a política habitacional nos médios e grandes centros urbanos? Sem pretender elencar a extensa lista de reivindicações que emerge dos quatro cantos do país, o que já é uma demonstração cabal da ausência de uma política urbana mais consistente, nos limitamos aqui a mencionar algumas das principais bandeiras dos movimentos de luta pela moradia popular, os quais congregam trabalhadores sem-teto, desempregados, associações de moradores, grupos culturais, grupos de mulheres, de jovens e demais. Antes de mais nada, o que se pretende é a ágil desapropriação de terrenos urbanos e prédios ocupados para a realização de projetos de habitação popular, com a construção ou reforma de unidades habitacionais para as famílias ocupantes.

Como a grande maioria destas famílias não atende aos pré-requisitos exigidos pelo Programa Crédito Solidário, solicita-se a liberação de recursos federais para a construção de casas populares através da Resolução 460/2004, que determina o direcionamento dos recursos do FGTS para o atendimento das famílias de menor renda, ou pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), criado justamente para viabilizar a produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda, nas formas de conjunto ou de unidades isoladas.

Junto a isso, propõe-se a fixação orçamentária de 5% do PIB para o setor de habitação, a superação da concepção reinante que separa a peça orçamentária da sua execução e, por fim, mas não menos importante, a previsão de obras de infra-estrutura e serviços no entorno das construções

habitacionais, assegurando aos moradores assentados o desfrute dos serviços públicos necessários à plena cidadania, uma vez que o conceito de moradia não se restringe de modo algum à mera casa.

Poderíamos prosseguir desfiando o rosário dos clamores populares. Na educação, por exemplo, à proverbial, adverbial e substantiva carência de investimento público em todos os níveis de ensino somou-se nos últimos anos uma legislação (aprovada nos tempos de FHC mas aprofundada com Lula) que tornou a abertura de escolas quase tão simples quanto a de bares e locadoras (no caso destas, a concorrência da pirataria tem reduzido significativamente as margens de lucro). Mais recentemente, a venda de instituições educacionais (de ensino superior) para o capital externo pôs na ordem do dia o risco de desnacionalização num segmento que já se encontra privatizado em pelo menos 70%... E o que dizer da astronômica dívida social (alguns cálculos falam em sete trilhões de reais) para com negros, mulheres e jovens? Sim. Malgrado algumas ações pontuais e difusas, a renda média das mulheres negras continua sendo a metade das mulheres brancas neste início de século...

A modo de conclusão, pedimos mais uma vez licença a nossos leitores para citar aquele editorial de 1986, quando dizia que

só a continuidade da participação democrática e da luta social pode manter presente a necessidade de mudanças efetivas nas formas de dominação e impor redirecionamentos estratégicos na atuação pública, aproximando-a cada vez mais das demandas sociais do povo.

CADERNOS DO CEAS